

Raúl Alfonsín

**V**ivemos cenários e momentos de rápida transformação. Novos conceitos e visões entre Estados surgem, um após outro, em ocasiões desconcertantes e geralmente injustas num mundo que precisa criar novas condições para uma população que sofre de graves desigualdades e que, dentro de poucas décadas, duplicará seu número. Nesse contexto complexo e singularmente dinâmico, o que está em jogo é o aperfeiçoamento de uma cultura baseada numa concepção ética capaz de impulsionar o desenvolvimento, entendido como crescimento econômico e avanço social, através de políticas orientadas para a concretização da autonomia e da igualdade tanto no âmbito nacional quanto no individual.

É que, de uma perspectiva humanista, fica difícil aceitar outro destinatário da mudança que não seja o homem, no sentido amplo da palavra. Seu bem-estar, o bem-estar da sociedade que ele integra e a redução e

eliminação final das assimetrias sociais não podem deixar de ser o objetivo primordial de toda tentativa de mudança.

Isso implica a necessidade de analisar a realidade e sua projeção a partir de uma ótica clara, com sentido social, em que a economia esteja a serviço da concepção política e não o contrário. Num enfoque inverso, corre-se o risco de fazer com que a economia derrote a política.

Não se trata de reduzir a análise a essa competição que, além de distorcer a reflexão, acaba sendo absurda no âmbito moral e, em termos práticos, desnecessária. No entanto, parece que ultimamente toda polêmica em matéria de integração está centrada num debate sobre os benefícios ou os custos econômicos imediatos desse processo, deixando de lado as razões profundas que o sustentam.

Além disso, discutem-se opções muitas vezes consideradas definitivamente excludentes: aprofundar o Mercosul, ampliá-lo para o resto dos membros da Aladi ou da América do Sul, associar-se à Alca, aproximar-se da União Européia ou abrir-se para o mundo. É evidente que as alternativas e as decisões têm de ser de natureza política e, naturalmente, não-vinculadas exclusivamente à conjuntura.

Nessa discussão, geralmente resta pouco espaço para lembrar que a União Européia é, em essência, uma construção política e que o processo de integração, como aquele em que a Argentina e o Brasil estão envolvidos, teve como objetivo central e como fio condutor, em seu início, em meados da década de 80, a consolidação da democracia na região, com o propósito de gerar um espaço de valores e benefícios comuns. Era, sem dúvida, uma concepção política com ganhos econômicos e sociais.

Nesse contexto, deveríamos, de qualquer modo, indagar-nos sobre a natureza e o alcance do tipo de entidade que estamos construindo e se a dinâmica do processo de integração que se estava produzindo realmente fortalece ou enfraquece esses valores comuns que levaram à sua constituição.

É correto, portanto, refletir se essa espiral de velocidade integracionista conserva atualmente seu objetivo original e se contribui de forma

equilibrada e eqüitativa para a defesa das garantias individuais e da justiça social e se protege consumidores e produtores.

Não parece ser o caso de limitar o processo de integração à mera busca de metas quantitativas, a ampliação do mercado, porque isso eliminaria a possibilidade de que esse processo sirva de sustentação material para um salto qualitativo rumo à satisfação de necessidades sub-regionais. Uma visão limitada conspiraria fortemente contra seu êxito final, pois torná-lo-ia muito mais vulnerável e exposto às bruscas mudanças que ocorrem na conjuntura econômica mundial.

Não resta dúvida de que, se olharmos o processo de integração exclusivamente do ponto de vista do intercâmbio comercial, fator que, a mim me parece, deverá ser reiterado com ênfase especial, a primeira coisa que iríamos ver seriam as dificuldades, que para nós poderiam muito bem ser obstáculos originais que temos necessidade de superar.

O primeiro obstáculo é o de nossa vulnerabilidade externa, que por vezes gera algum tipo de dependência certamente incompatível com uma total capacidade de decisão nacional. Na Argentina, o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos de 1999 foi de 12,6 bilhões de dólares, o que equivale a 40% das exportações do país. Os juros e a remessa de lucros atingiram a cifra de 50% das exportações, e a dívida externa aumentou 140% entre 1991 e 1999. Por outro lado, ocorreu um fantástico processo de desnacionalização e um quadro de subordinação provocado pelas condições impostas pelos organismos internacionais para a obtenção de créditos. A economia exige recursos externos equivalentes a 4% do PIB, o que leva a limitar a política econômica a unicamente administrar a dívida e transmitir os sinais aceitos pelo mercado financeiro internacional. No Brasil, a situação é menos crítica, mas séria. A dívida externa aumentou mais de 100% nos anos 90. Em 1998, o déficit do balanço de pagamentos representou 60% das exportações e, em janeiro de 1999, o país perdeu dois terços das reservas internacionais; começou a recompor-se depois da desvalorização, mas continua precisando de financiamento externo. Isto é, em ambos os casos, a política cambial é determinada em

grande medida por fatores exógenos; portanto, uma variável central da relação bilateral não depende da decisão exclusiva dos respectivos governos. A questão se agrava se levarmos em conta os efeitos da globalização pouco solidária.

Uma segunda dificuldade é representada pelos problemas gerados pela pobreza e pela exclusão social. Aumentam as desigualdades, as quais restringem o crescimento e reduzem a dimensão do mercado social.

Uma terceira dificuldade são as conseqüências geradas pelas assimetrias nas estratégias nacionais de desenvolvimento. Na Argentina, têm sido mais erráticas do que no Brasil, onde tem prevalecido uma política persistente de industrialização e mudança tecnológica. Na Argentina, em 1976, foi posta em prática uma extraordinária política de desmantelamento industrial. Essa assimetria provocou o efeito centro-periferia, que estreitou a fronteira da integração.

Uma quarta dificuldade é produzida pelas variações que introduzimos no que se refere à inserção internacional. No acordo inicial estabeleceu-se uma estratégia alternativa ao Consenso de Washington, o que implicava uma política de integração intra-industrial (protocolo de bens de capital) que posteriormente, nos governos subseqüentes, foi substituída pela liberação linear e automática do intercâmbio.

Temos de reconhecer claramente esses obstáculos, mas não podemos nunca desistir diante deles, nem permitir que aqueles que defendem outros interesses os apresentem como insuperáveis. Ao contrário, devemos lembrar a enorme quantidade de conflitos que a União Européia teve de superar desde a constituição da Comunidade do Carvão e do Aço. Precisamos encará-los como uma solução realista das crises ideológicas que hoje se enfrentam numa verdadeira batalha cultural, o que implica uma visão realista do desenvolvimento, que é necessariamente endógeno e inserido no mundo. Devemos rechaçar o chamado pensamento único e a visão fundamentalista da globalização e, ao mesmo tempo, buscar o reconhecimento e a compreensão dos problemas de cada país. O Brasil deve entender que, pelo menos durante algum tempo, a Argentina

permanecerá imobilizada na conversibilidade. Certamente, não será impossível encontrar mecanismos *ad hoc* para compensar mudanças bruscas na paridade. A discussão a respeito deve ser franca e compreensiva. Teremos de recuperar a importância decisiva que os acordos territoriais representaram no projeto de fundação, no âmbito da ciência e da tecnologia, setores em que as possibilidades são imensas. São necessárias ações concretas respaldadas por um compromisso político total dos Estados-parte com relação ao projeto de integração, tais como aprofundar a coordenação de políticas macroeconômicas; harmonizar as políticas tributárias que afetam o comércio na região, especialmente os impostos indiretos, para superar as assimetrias e distorções e alcançar maior integração entre os mercados; coordenar as políticas dos setores industrial e agropecuário, a fim de lograr sua integração e complementação, com o propósito de alcançar uma distribuição eficiente dos recursos produtivos, de evitar conflitos setoriais e melhorar as possibilidades de inserção nos mercados internacionais; avançar no aperfeiçoamento institucional do Mercosul, para garantir a eficácia dos instrumentos comuns; estabelecer uma equipe técnica não-governamental com capacidade de implantar iniciativas com visão regional, e impulsionar reformas legislativas que introduzam a dimensão da integração nos ordenamentos jurídicos nacionais; dar impulso a projetos de integração energética como elemento gerador de crescimento para o setor privado; avançar na integração da infra-estrutura entre ambos os países e com o restante dos parceiros.

Fundamentalmente, porém, devemos levar em conta que, quando o processo de integração teve início com o ilustre presidente José Sarney, estava claro o sentido político do projeto e, a todo instante, tentou-se incorporar a ele a sociedade e seus representantes. Era, em suma, uma visão de sociedade sub-regional. Imaginávamos um amplo espaço onde nossas nações encontrassem o equilíbrio solidário para enfrentar os novos desafios de uma globalização desigual, que aumentariam com o final do confronto entre o Leste e o Oeste.

Esse passo decisivo da década de 1980 produziu uma mudança geométrica na natureza das relações entre a Argentina e o Brasil, a qual sepultou confrontos estéreis, garantiu a possibilidade de um crescimento conjunto e abriu caminho para o desenvolvimento de um novo processo conceitual de integração na região do Cone Sul do continente sul-americano, com a imediata incorporação do Uruguai, graças ao inteligente impulso do presidente Julio Sanguinetti, e a posterior participação do Paraguai, tão logo fosse restaurada a democracia.

Esse processo, que anos depois vai desembocar no Mercosul, constituiu, sem sombra de dúvida, a tentativa mais importante e ambiciosa de aliança estratégica com a participação da Argentina e do Brasil e foi talvez a iniciativa de política externa mais importante dos dois países em suas respectivas histórias.

As causas que motivaram as duas sociedades a dar esse salto qualitativo em seu relacionamento bilateral são de ordem e natureza diferentes. É inegável que sua gênese radica na visão comum de contribuir para o projeto de uma região estável em suas instituições, próspera em seus benefícios econômicos e justa em sua distribuição. Sua base eram as profundas convicções relativas à necessidade de estabelecer um processo de integração dinâmico e abrangente entre os dois países, mas sem exclusões.

O compromisso com a ampla integração regional é conseqüência de uma reflexão sobre as experiências do passado e as necessidades do futuro. Essa análise conduz a uma conclusão primordial: a cada dia era e é mais difícil imaginar que a Argentina e o Brasil se afastem de um caminho comum. É evidente que, hoje como ontem, somos chamados, pelos valores que compartilhamos, a percorrer juntos esse caminho, em proveito de nossos povos e do conjunto da região.

Do mesmo modo, é evidente, tal como ocorreu em tentativas anteriores, que essa iniciativa estratégica não decorreu unicamente de convicções pessoais, sem que correspondesse a necessidades nacionais de ordem interna e internacional.

Os instrumentos utilizados nessa primeira etapa sofreram profundas transformações mais tarde, durante os governos das administrações posteriores, tanto na Argentina quanto no Brasil, e ofereceram uma visão alternativa de como se devia encaminhar o processo de integração e suas prioridades. Todavia, o alicerce constitutivo inicial, representado numa estreita aliança entre a Argentina e o Brasil, se manteve quase que exclusivamente em bases comerciais, abandonando outros conteúdos importantes.

Numa enumeração preliminar das motivações e circunstâncias que permitiram esse fantástico desenvolvimento, podemos destacar a intenção de fortalecer as instituições democráticas. A preservação dos sistemas democráticos na região constituía, indubitavelmente, um objetivo central para o presidente José Sarney e para o governo argentino. Uma região democraticamente forte em suas instituições é uma garantia de paz, de estabilidade e oferece um contexto adequado para o enfrentamento das diversas necessidades sociais. Nesse contexto, foi impulsionada uma política externa com base na solidariedade, na justiça universal, na defesa da democracia e da paz e dos direitos humanos.

No caso particular da Argentina, a chegada da democracia significou uma profunda mudança na política externa. A concepção ética da política fez da dignidade humana o seu capítulo central e trouxe como consequência natural o direito e o exercício pleno da soberania nacional. Em algumas ocasiões, o óbvio, como deveria sê-lo para qualquer sociedade civilizada – o fortalecimento do Estado de direito – parecia na região uma coisa revolucionária. A ênfase desses valores teve esse significado. Naquele momento, a política externa argentina tinha de enfrentar grandes exigências, tanto na dimensão diplomático-estratégica quanto na diplomático-econômica.

Na primeira dessas dimensões, a Argentina acabara de experimentar uma de suas mais traumáticas experiências internacionais e sentia ser indispensável voltar às raízes, mudar a imagem externa “de ator imprevisível e bélico” que a ditadura lhe havia imposto. Os milhares de

compatriotas mortos na “guerra suja”, a violação dos direitos humanos e a aventura nas Malvinas são testemunhos do drama vivido e exigiam uma mudança consensual.

Quando o governo constitucional tomou posse, o contexto regional não era favorável ao desenvolvimento da integração com os países vizinhos, devido à existência de regimes militares no Chile e no Brasil. Entretanto, isso não impediu que, desde o início, se fosse desenvolvendo um processo que tentava eliminar hipóteses de conflito com países vizinhos e transformar as relações de rivalidade em cooperação efetiva, concreta e permanente. As difíceis e complexas negociações pelo canal de Beagle com o Chile, que eliminaram uma das principais disputas territoriais da América do Sul, representaram, sem qualquer dúvida, um feito da política externa do governo radical.

O Brasil representava a outra área tradicional de concorrência para os estrategistas militares. Tentou-se mudar rapidamente a natureza da relação e criar sólidos vínculos de cooperação com as autoridades do país irmão. Simultaneamente, diante da iminente democratização, deu-se início a profundo diálogo com os dirigentes políticos brasileiros, no sentido de explorar os caminhos de relançamento do processo de integração. A ascensão ao poder de um presidente democrático no Brasil abriu o caminho para a consolidação de um espaço de paz e valores compartilhados e, ao mesmo tempo, de impulsão da integração latino-americana.

Na dimensão diplomático-econômica, ambos os países deviam oferecer respostas para problemas de extrema gravidade, que exigiam imaginação para estabelecer as bases de um clima renovado de relacionamento regional que permitisse enfrentar o drama da exclusão econômica e social.

De um lado, no contexto financeiro da época, o endividamento externo herdado gerava uma asfixiante drenagem de recursos para pagamento de juros. Essa situação era conseqüência tanto da política de altas taxas de juros, implantada, no final da década de 1970, pelo Federal Reserve dos Estados Unidos para deter seu crescente processo inflacionário, quanto

de uma política econômica irresponsável praticada por governos ditatoriais dispostos a endividar-se a qualquer preço para se manterem no poder. O peso do endividamento externo, com a conseqüente obrigação de realizar exorbitantes pagamentos a título de serviços financeiros, produziu inúmeros esforços de coordenação de posições entre os dois países em diversos foros internacionais.

De outro lado, o protecionismo agrícola das principais potências econômicas havia desencadeado uma “guerra agropecuária” entre os Estados Unidos e a Comunidade Européia. A Argentina, além de enfrentar crescentes dificuldades de acesso aos mercados dos países desenvolvidos, era afastada de terceiros mercados que tinham produções subsidiadas, enquanto se produzia uma brusca queda dos preços de seus principais produtos de exportações primárias.

De certa forma, pode-se dizer que a Comunidade Européia nos empurrava para a integração regional. De um lado, oferecia-nos o exemplo a seguir de acordo com os novos impulsos rumo à integração regional provocados pelo aprofundamento do mercado interno e da *Ata Única Européia*. De outro, como dissemos, fechava-nos seus mercados e competia conosco através de maciços subsídios à exportação, principalmente na bacia do Mediterrâneo e na Europa Oriental, o que lhe permitia livrar-se de seus excedentes.

O protecionismo agrícola praticado pelas principais potências e a inclusão dos denominados novos temas (serviços, propriedade intelectual e investimentos) nas negociações comerciais multilaterais geraram também a obrigação de coordenar posições no plano multilateral. A Argentina e o Brasil foram membros ativos do Grupo de Cairns e do Grupo dos Dez no quadro das negociações comerciais da Rodada Uruguai do Gatt (*General Agreement on Tariffs and Trade*).

Além disso, o lançamento de negociações comerciais multilaterais, denominada Rodada Uruguai do Gatt, ameaçava não só diluir as preferências regionais, mas também atingir nossos próprios mercados internos sem conceder nenhuma contraprestação. Setores e medidas que

antes estavam fora do alcance da normativa comercial internacional entraram, então, em processo de negociação quando a propriedade intelectual, os investimentos e os serviços foram incluídos na discussão do Gatt.

O contexto internacional nos era desfavorável; os dois países, a Argentina e o Brasil, padeciam em maior ou menor grau dos mesmos problemas que condicionavam nossa política econômica: altas taxas de juros, forte endividamento, queda dos preços das matérias-primas e crescente protecionismo dos principais países industriais.

Os governos de ambos os países estávamos particularmente preocupados com a situação de grande diminuição do comércio intra-regional. Num ambiente internacional agressivo, o mercado regional constituía um refúgio para as exportações argentinas e brasileiras. Naquele momento, dos quase cinquenta bilhões de dólares em produtos manufaturados, inclusive bens de capital, que a região importava, apenas quatro bilhões eram de origem regional. Do mesmo modo, dos cerca de dez bilhões de dólares em alimentos que eram importados, somente dois bilhões provinham da região.

O presidente José Sarney amava a Argentina, compreendia totalmente suas necessidades e estava disposto a fazer gestos significativos. É um grande prazer reconhecer que a primeira medida que tomou como presidente, em 1985, foi justamente ordenar a importação de 1,3 milhões de toneladas de trigo, além de petróleo e derivados, a fim de reduzir o déficit da balança comercial de nosso país com o Brasil.

De nosso lado, compreendemos que o processo de aproximação com a Argentina tinha alta significação estratégica para o Brasil, que tentava aumentar sua capacidade de negociação com as grandes potências, buscava acesso a fontes de suprimento de alimentos e combustível e procurava cooperar tecnologicamente com um país que contava com reservas humanas consideradas importantes no plano regional e com desenvolvimentos tecnológicos avançados em alguns setores particularmente sensíveis.

Desde o primeiro momento estabeleceu-se profunda amizade pessoal baseada na compreensão mútua dos sérios problemas e dos enormes desafios que ambos os países tinham de superar em conjunto. Reconhecíamos também que, em essência, nossos interesses estavam ligados de maneira indissolúvel. Ligados pela história, pela geografia, pela cultura e, fundamentalmente, por valores comuns.

Não nos perdemos em medidas de curto prazo. Precisávamos de mercados seguros para nossas respectivas ofertas de exportação, mas ao mesmo tempo visualizamos a possibilidade de aumentar a capacidade autônoma de decisão da América Latina através de um processo de integração sub-regional, que contemplasse evidentemente a coordenação de posições políticas e a cooperação tecnológica em setores de ponta.

Em 30 de novembro de 1985, reunimo-nos com o presidente José Sarney por ocasião da inauguração da ponte internacional Tancredo Neves, que liga a cidade de Porto Meira, no Brasil, à de Puerto Iguazú, na Argentina. Lembro-me de que eu queria dar uma amostra clara de nossa decidida vocação integradora. Portanto, sugeri ao presidente Sarney uma visita à represa de Itaipu, que tinha provocado ingratas discussões entre nossos países. Essa atitude causou-lhe agradável impressão.

Depois, emitimos uma declaração conjunta, a chamada Declaração de Iguazu, que transformou a relação bilateral e – por que não dizê-lo? – a própria sub-região. A declaração marca o ponto de inflexão na relação bilateral e desencadeia o processo de integração que, alguns anos depois, iria transformar-se no Mercosul.

Nela assinalamos as grandes linhas em torno das quais centrar-se-ia a cooperação bilateral, analisamos o difícil contexto internacional caracterizado pelo excessivo protecionismo e pelas altas taxas de juros, frisamos a necessidade de ampliar a autonomia de decisão da América Latina e expressamos a firme vontade política de acelerar o processo de integração bilateral.

Nesse quadro, a Argentina e o Brasil decidiram que o processo de integração estaria baseado em:

- promover as condições para a criação gradual de um mercado comum entre os dois países, ao qual outros países sul-americanos poderiam associar-se;
- aumentar o poder político e a capacidade de negociação de ambos os países por meio da institucionalização do sistema de consultas bilaterais;
- alcançar o máximo de auto-suficiência possível em matérias-primas essenciais, insumos e bens de capital, substituindo o dólar como moeda de troca;
- intensificar a cooperação científico-tecnológica em setores de ponta, biotecnologia, energia nuclear, informática etc.

Oito meses depois, em 29 de julho de 1986, foi dado outro passo de particular importância histórica, com a assinatura da Ata para a Integração Argentino-Brasileira e com a aprovação de doze protocolos anexos, com o objetivo de executar as metas mencionadas anteriormente. A Ata para a Integração destaca a visão global que tinham os dois governos no tocante ao processo de integração, que abrangia as dimensões diplomático-estratégica, diplomático-econômica e diplomático-cultural.

Com relação à primeira dimensão, a Ata assinala que o programa dá renovado impulso à consolidação da paz e da segurança e abre a perspectiva de potencializar a capacidade autônoma dos países.

Dois considerandos referem-se à dimensão diplomático-cultural: a Ata destaca a identidade compartilhada de idéias e valores que definem nossa essência comum de povos latino-americanos e o esforço comum para consolidar a democracia como sistema de vida e de governo.

Nesse aspecto de política externa, foi iniciado nos últimos tempos um processo que se concordou em denominar “convergência de posições”. Nesse contexto e embora a questão possa parecer prematura no momento, talvez se devesse analisar se não chegou a hora de concertar um processo bilateral que siga o enfoque conceitual de Maastricht em matéria de política externa e, eventualmente, estenda-o ao campo da segurança e da

defesa. Esse enfoque, se fosse concretizado por meio de um instrumento sujeito a ratificação parlamentar, teria a virtude de gerar um compromisso que – além de seu simbolismo – fortaleceria a relação com uma base firme diante dos efeitos cíclicos de questões conjunturais.

No entanto, fundamentalmente, a Ata está centrada na dimensão diplomático-econômica, na busca dos objetivos de desenvolvimento econômico e de bem-estar. Nesse contexto, define os princípios de gradualismo, flexibilidade e equilíbrio, os mecanismos e critérios que regeriam a execução do programa.

O item 9º da Ata de Integração aprova doze protocolos que versam sobre diversas matérias: a troca de bens de capital, o fornecimento de trigo, o abastecimento de alimentos, a expansão do comércio, a formação de empresas binacionais, os mecanismos de financiamentos recíprocos, a criação de um fundo de investimentos, a exportação de gás argentino para o Brasil, a criação do centro de biotecnologia e do centro de altos estudos econômicos Brasil–Argentina, o intercâmbio de informação técnica para a adoção de medidas preventivas contra acidentes nucleares, a colaboração entre forças aéreas e o intercâmbio no setor da indústria aeroespacial.

Os quatro protocolos mais representativos no contexto do processo de integração foram, sem dúvida, os seguintes:

- *Bens de capital*: os Ministérios das Relações Exteriores de ambos os países foram instruídos a negociar uma lista comum de produtos que entrariam nos respectivos mercados com isenção de todo tipo de tarifa. A existência de desequilíbrios comerciais levaria à inclusão de novos produtos para compensar o parceiro com déficit.
- *Trigo*: o Brasil comprometia-se a comprar crescentes volumes de trigo argentino.
- *Abastecimento alimentício*: procurava-se complementar o abastecimento interno de ambos os países. Essa medida tinha particular importância diante do potencial agropecuário dos dois países e das

necessidades surgidas no quadro do plano de estabilização de preços do Brasil, denominado “Plano Cruzado”.

- *Expansão do comércio*: ambos os países aprofundariam os entendimentos econômico-comerciais, renegociando o Acordo de Alcance Parcial nº 1 da Aladi, a fim de promover a expansão gradual, equilibrada e sustentada do intercâmbio bilateral, estimulando as exportações do país deficitário e buscando a mais ampla complementação produtiva.

O objetivo era incrementar o comércio de maneira administrada para evitar fortes desequilíbrios em favor de uma das partes. A busca do equilíbrio comercial entre os dois países não era apenas global; devia ser, além disso, setorial, como é acentuado de maneira específica no protocolo para os bens de capital.

Tentava-se, dessa maneira, desarticular as críticas e a preocupação dos setores industriais argentinos, que temiam a concorrência da indústria brasileira e uma exportação vinculada quase que exclusivamente a produtos agropecuários. No mesmo sentido, essa decisão reduzia a pressão dos produtores do Sul do Brasil, que poderiam sentir-se prejudicados pela concorrência argentina. De qualquer forma, os princípios de gradualismo e flexibilidade que norteavam o programa, e uma ativa participação empresarial, dissipavam quaisquer dúvidas e temores do setor privado. Em síntese, foi uma visão equilibrada para atender a interesses comuns. Passos sólidos e efetivos com um claro reconhecimento das necessidades presentes ou futuras.

A prioridade concedida ao setor de bens de capital seguia uma estratégia de integração inspirada no modelo europeu, mas adaptada à realidade regional. Dessa maneira, buscava-se integrar o “coração da indústria pesada”. O espaço para o crescimento desse comércio era significativo: dos cerca de três bilhões de dólares anuais em máquinas e equipamentos que o Brasil importava do mundo, apenas 50 milhões provinham de nosso país. Por sua vez, dos 1,3 bilhões de dólares que importávamos dos mesmos produtos, apenas 150 milhões cabiam ao Brasil.

Além disso, com o estabelecimento de uma estreita cooperação em setores particularmente sensíveis, procuramos transformar climas de desconfiança em espírito societário. Nesse sentido, considero importantes as visitas que realizamos a nossas respectivas fábricas de enriquecimento de urânio.

Por outro lado, procurávamos obter maior autonomia e independência em relação ao mercado mundial. A política era evidente: desejava-se alcançar um desenvolvimento tecnológico autônomo, substituir insumos essenciais e alimentos provenientes de terceiros mercados por produção regional e dar impulso ao desenvolvimento da indústria regional de bens de capital.

Procurava-se associar o setor industrial argentino ao brasileiro, a fim de criar um eixo industrial tecnológico com suficiente dinamismo para atrair toda a América do Sul para o processo de integração.

A decisão argentino-brasileira tinha enormes implicações no plano regional, já que os dois países representavam cerca de duas terças partes do território, do PIB e da população da América do Sul. Além disso, contavam com importante base industrial e com as economias mais diversificadas da região.

A aliança entre os dois países desarticulava os antigos esquemas baseados na rivalidade argentino-brasileira, nos quais estava fundamentada a política sub-regional. Quer dizer que, com isso, eliminavam-se antigas ameaças ligadas a alianças tácitas que a Argentina e o Peru enfrentavam com relação ao Chile e ao Brasil.

A rápida incorporação do Uruguai ao sistema de integração, produto de uma clara visão de seu presidente, indicou que estávamos no bom caminho.

Insistimos em dizer que o processo não se baseava meramente no reconhecimento de interesses comuns. A intenção era construir um espaço de confiança e solidariedade, isto é, uma verdadeira comunidade e não apenas uma associação. Por isso, baseava-se em valores e aspirações compartilhados pelas duas sociedades.

O Tratado propiciava a integração dos dois países, numa primeira etapa, através da formação de um “espaço econômico comum”, que seria concretizado num período de dez anos. Era deixado para uma segunda etapa o objetivo de construir um mercado comum.

O artigo 3º apresentava a metodologia a ser seguida: avançar-se-ia gradualmente num prazo de dez anos, através da negociação de protocolos adicionais ao Acordo de Alcance Parcial nº 1. Quer dizer que o acordo firmado no âmbito da Aladi continuava sendo o instrumento executor do programa de liberalização comercial.

O Tratado previa também “a harmonização de políticas aduaneiras, de comércio interno e externo, agrícola, industrial, de transporte e comunicações, científica e tecnológica [...] bem como a coordenação de políticas fiscal, cambial e de capitais”, que seria realizada por meio de acordos específicos. Já se passaram tantos anos, mas o quanto continuam válidas estas palavras!

Buscava-se “consolidar definitivamente” o processo de integração entre a Argentina e o Brasil com base nos princípios de gradualismo, flexibilidade, equilíbrio e simetria que, até aquele momento, tinham norteado o processo.

No entanto, o Tratado de Integração era muito mais do que um acordo econômico. Nossa intenção era construir um espaço público, onde as decisões adotadas fossem consequência de processos transparentes abertos à discussão. Por exemplo, previa-se a constituição de uma Comissão Parlamentar Conjunta de Integração, associada intimamente ao processo de tomada de decisões. Como a Comissão de Execução devia enviar à Comissão Parlamentar Conjunta de Integração os projetos de acordos específicos, e a esta última cabia a transmissão de suas recomendações a respeito, impunha-se um diálogo obrigatório entre ambos os órgãos. Além disso, embora tivesse a última palavra e não fosse obrigada a seguir as recomendações da Comissão Parlamentar de Integração, muito dificilmente a Comissão de Execução poderia deixar de levá-las em conta antes de enviar os respectivos acordos aos poderes

legislativos, uma vez que isso poderia antecipar a rejeição dessas propostas.

Quer dizer, o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento entre a Argentina e o Brasil não só incorporava os representantes da sociedade ao processo de tomada de decisões, como também criava um controle democrático efetivo.

No entanto, apesar de ter sido aprovada pelos Congressos e de ter entrado em vigor, serão outros protagonistas, com outras idéias, que retomarão o processo de integração no início da década de 1990.

Infelizmente, com a assinatura do Tratado de Assunção em 1991, o fio condutor político diluiu-se. Este último foi concebido, fundamentalmente, como um meio para aprofundar a integração econômica regional, com a finalidade de melhorar a inserção dos países-parte na economia mundial. O objetivo não foi criar uma nova sociedade política que permitisse a participação dos agentes políticos e sociais, os quais foram excluídos deliberadamente do processo de tomada de decisões.

Dessa maneira, o processo de integração, com o enfraquecimento de sua concepção política, perdeu profundidade, tornou-se mais frágil por concentrar-se no plano comercial e ficar exposto às bruscas mudanças da conjuntura econômica. Igualmente, e de forma fundamental, a estrutura institucional do Mercosul, ao marginalizar a participação dos Congressos, silenciou as necessidades, as preocupações e as vontades dos povos dos países-membro, dificultando assim a possibilidade de que esse processo contribuísse para a realização de aspirações de justiça.

É verdade que, posteriormente, o Mercosul avançou timidamente, numa tentativa de esconder suas falhas em alguns aspectos de caráter político e social. No entanto, esse deslocamento para questões políticas confunde a essência com a matéria: o fato de tratar-se de questões políticas e de decidir sobre elas não significa que o Mercosul tenha vida política.

Interessa-me destacar a cultura, que cada vez mais começa a ser explorada como elemento indispensável na análise do crescimento eco-

nômico. Como frisa Luciano Tomassini, a ética está no coração da cultura e, logicamente, é inseparável da sociedade e de sua forma de entender os valores, isto é, de seus juízos de valor.

A batalha a travar contra a injustiça, conseqüentemente, é de caráter cultural e os ventos que sopram do norte nos empurram para níveis desconhecidos de imoralidade, através de pseudodemocracias elitistas, de fundamentalismos de mercado, de globalização não-solidária e de Estados desertores. Para vencer essa batalha cultural, também se faz necessária a integração.

Sua atual estrutura institucional exclui em grande medida a infraestrutura de participação: os partidos políticos, as associações intermediárias, os sindicatos e a principal expressão da democracia representativa, os Congressos.

Recentemente, no comunicado conjunto dos Presidentes do Mercosul, assinado em 30 de junho de 2000, tornou-se evidente a tentativa de reencaminhar o processo de conformidade com sua concepção inicial. Nele reafirma-se a adesão aos princípios democráticos e destaca-se o papel da Comissão Parlamentar Conjunta, bem como a importância de canalizar a opinião da sociedade através do Foro Consultivo Econômico e Social.

Reveste-se de particular importância o que foi frisado pelos Presidentes dos países-membro do Mercosul, isto é, que o processo de integração não poderá aprofundar-se se não for aberto para a sociedade. Se não se construir sobre bases sólidas de participação e transparência, o Mercosul pode perder o respaldo dos cidadãos ao processo de integração e enfraquecer os sistemas democráticos nos Estados-membro, com a redução da capacidade dos Congressos de exercerem um controle democrático efetivo.

A atual concepção “comercialista” do Mercosul corre o risco de enfraquecer a sociedade, o que levaria inexoravelmente ao mau funcionamento do mercado e ao fortalecimento de seus inimigos, que preferem abandoná-lo diante do “livre acesso aos mercados” proposto pelos

Estados Unidos, oferecendo um nível muito baixo de tarifas comuns de exportação. Essa oferta negociadora não é atraente para os países da América Latina, porque a estratégia em seu comércio exterior baseia-se na combinação de baixas tarifas com altas “barreiras não-tarifárias”.

Com efeito, o comércio internacional pode ser restringido por outras medidas além das tarifas, tais como: 1) o *antidumping*, na versão da Lei nº 301; 2) direitos compensatórios para além das regras da OMC; 3) quotas; 4) licenças não-automáticas de importação; 5) controles “sazonais” de importações e 6) regulamentações e exigências técnicas.

Como exemplo, podemos destacar que as exportações argentinas para os Estados Unidos são afetadas por 5 657 barreiras não-tarifárias, 2 015 das quais podem ser qualificadas como claramente restritivas das importações. Elas afetam mais da metade de nossas exportações. De modo geral, essas restrições não são aplicadas a produtos minerais (petróleo e derivados mais metais), mas se concentram em produtos agroindustriais, onde radica nossa principal vantagem competitiva no comércio internacional. Assim, mais de 80% de nossas exportações agroindustriais enfrentam rígidas barreiras não-tarifárias.

Além disso, existem os subsídios agrícolas, cujos efeitos distorcidos também agem como “barreiras”. Os países industrializados destinam anualmente 360 bilhões de dólares a esses subsídios: a União Européia (140 bilhões) e os Estados Unidos (100 bilhões).

Em suma, para defender o Mercosul, temos de compreender que a história demonstra que os processos de integração, se não se baseiam na legitimidade outorgada pela participação ativa do conjunto dos cidadãos, estancam-se ou fracassam. A construção de um mercado não deveria ser um fim em si mesmo. O objetivo buscado deveria ser fazer com que o processo de integração contribua para o desenvolvimento integral: econômico, certamente, mas também social, político e cultural.

---

# DEBATE

*Coordenador:*

Fabio Magalhães

*Debatedores*

Ana Maria Stuart

Antonio Angarita

Fernando Gasparian

Gilberto Dupas

Luciano Coutinho

Marco Aurélio Garcia

Marcos Mendonça

Tullo Vigevani

**MARCO AURÉLIO GARCIA:**

Todos nós que aqui estivemos essa tarde tivemos o privilégio de ouvir um testemunho histórico. Histórico, não só porque o presidente Alfonsín apresentou um relato do processo de aproximação entre o Brasil e a Argentina, mas também pela atualidade das questões apresentadas.

O senhor nos apresentou de forma muito detalhada e criteriosa não só essa grande aventura que os dois países empreenderam, mas também o contexto e as razões que levaram seu governo e o governo brasileiro daquela época a operar na direção que operaram. Gostaria de fazer uma pequena reflexão para poder contar com outra reflexão sua. Parece-me importante o fato de que, quando o Brasil e a Argentina se aproximaram, nos anos 80, os dois países, embora estivessem saindo de uma situação comum, de um regime militar, viviam etapas diferentes do ponto de vista

de seu contexto econômico. A ditadura militar argentina optou por um modelo liberal no tocante à política econômica, enquanto a brasileira fez uma opção de caráter desenvolvimentista. No entanto, havia, digamos, uma aspiração comum nos dois países, que era retomar a questão do desenvolvimento sobre novas bases. O desenvolvimentismo clássico na Argentina se tinha esgotado a partir da experiência liberal radical fundamentalista; o desenvolvimentismo brasileiro também se esgotara em sua expressão autoritária, visto que se revelou concentradora de renda e de poder.

Portanto, os dois países tinham de repensar o desenvolvimentismo, num momento em que a aventura neoliberal em escala internacional já tinha uma certa base, mas estava, pelo menos no caso da América Latina, numa fase incipiente. Tanto para vocês quanto para nós foi possível, nos anos 80, manter um pouco essa aspiração. Considero que um dos elementos fundamentais foi a pressão da sociedade. Sem compreender, num primeiro momento, o risco de uma inflexão liberal, a sociedade entendia que as perdas seriam muito evidentes. Bem, perdemos. Tanto vocês como nós nesse sentido. E a idéia de desenvolvimento é, hoje em dia, ou foi, pelo menos durante um longo período, uma idéia que passou para segundo plano, em proveito de uma idéia de equilíbrio fiscal, e outros elementos teóricos e políticos do novo projeto. A meu ver, isso explica, em certa medida, o deslocamento que ocorreu no Mercosul, e no processo de aproximação e de integração que o senhor tão bem descreveu aqui. Existem, porém, elementos novos. Nos últimos anos, por exemplo, a nova experiência econômica pela qual passaram tanto o seu país quanto o nosso encontrou seus limites. Alguns mais dramáticos do que outros, mas encontrou seus limites.

Não gostaria de fazer um exercício de futurologia, porque sabemos que este não é um bom exercício para os políticos. Quero, antes, obter do senhor uma reflexão sobre as possibilidades de reformular um processo de aproximação entre o Brasil e a Argentina no quadro do Mercosul, de um Mercosul corrigido, em função de três elementos que me parecem

importantes: em primeiro lugar, a situação de seu país e a nossa (não estou pedindo que opine sobre nossa política interna, porque sei que o senhor não o faria, por diplomacia), mas o senhor conhece muito bem a situação argentina e muito bem igualmente a situação brasileira, e pelo menos pode levá-la em consideração em sua análise.

Em segundo lugar, parece-me que existe um problema importantíssimo, ou seja, no caso de o projeto da Alca prosperar, a meu ver o projeto do Mercosul não teria muita finalidade. O Mercosul será quando muito uma sigla, uma instituição no seio de um projeto como o da Alca, que, a meu ver, caminha num sentido totalmente diferente.

Em terceiro lugar, qual poderia ser o papel do Brasil e da Argentina na reconstituição de uma nova política sul-americana, porque fiquei muito impressionado com sua intervenção, não só pelo fato de ter explorado muito as possibilidades que havia de agregar o potencial dos dois países, mas também quando o senhor mencionou a possibilidade de que argentinos e brasileiros participássemos em escala internacional com uma política própria, não apenas uma política de inserção econômica e comercial, mas também desempenhando um papel político que me parece importante para mudar a atual relação de forças internacionais. Se o senhor pudesse fazer uma reflexão sobre isso, seria muito importante e talvez acrescentássemos mais uma dimensão histórica à sua intervenção. Obrigado.

**RAÚL ALFONSÍN:**

A meu ver, realmente, o neoliberalismo com seus princípios, que infelizmente se estenderam pelo mundo inteiro qual uma mancha de óleo e, eu quase diria, por todos os partidos ou ideologias, isto é, o Estado mínimo; a democracia elitista, se assim se pode chamar, a retração da democracia para a república, exclusivamente, o fundamentalismo de mercado, a globalização, como digo, não-solidária, veio penetrando também na América Latina, a partir dos anos 70, quando ocorreu a crise do petróleo e se percebeu que o Estado de bem-estar era muito caro. Mas,

naturalmente, tudo se aprofundou com a queda do regime soviético, do chamado socialismo real. Vimos como, em nossos países latino-americanos, os governos que tomaram posse foram expressões quase cabais desse pensamento que tinha assumido o poder primeiro na Grã-Bretanha e depois nos Estados Unidos. Penso que a forma de nos defendermos desse pensamento é reconhecer, em primeiro lugar, que ele não está sendo aplicado de forma improvisada, mas conta com o apoio daqueles que, possivelmente, sejam os mais importantes intelectuais do mundo; sociólogos como Daniel Bell, cientistas políticos como Nossi, economistas como toda a escola austríaca, como Heigel, Von Mises, o próprio Schumpeter. Por outro lado, acho que existe uma base que, por assim dizer, não exige apenas um esforço para vencer a batalha cultural, mas é como se pretendesse estabelecer o discurso único nos países em desenvolvimento, não é? E, entre essas coisas que dizem que não é possível, está o fato de ter cuidado com uma globalização.

Tenho tido discussões sobre isso, é notável, na Internacional Socialista, e comprovei que, de alguma forma, alguns partidos que se autodenominam social-democratas, na Europa, assumiram essa concepção neoliberal, pelo menos em alguns de seus aspectos. E é claro que, através da globalização, nos dizem que não podemos escapar dessa idéia básica e comum em que se confunde, como disse muito bem Jospin, a economia de mercado com a sociedade de mercado. E acho que o senhor tem toda razão quando destaca as enormes dificuldades que a Alca poderia representar para nós. Penso que, se atuarmos em conjunto, no Mercosul, todos os países sul-americanos que pudermos juntar, devemos conseguir discutir todos os problemas, a única forma pela qual poderíamos conceber uma incorporação, porque significaria uma mudança total das atuais políticas dos Estados Unidos.

Sou levado a rir quando me dizem que as tarifas vão baixar. As tarifas dos Estados Unidos são muito baixas. O problema é que há muitos outros impedimentos, como quotas e outras questões, de qualquer manifestação que se queira, para evitar as importações. Estamos vivendo num mundo

que, a meu ver, se caracteriza por novas formas de protecionismo e, enquanto nos pedem para abriremos nossas economias, eles fecham as deles a nossos produtos. Mas continuam dizendo que não fazem isso e que nós, sim, é que devemos fazê-lo. Foram implantados processos de desnacionalização em nossos países. Pelo menos na Argentina posso lhes dizer que praticamente não sobrou nenhum banco privado que seja nacional, e nos queriam obrigar a privatizar até o Banco de la Nación Argentina; muitos meios de comunicação importantíssimos estão também nas mãos de estrangeiros, geralmente europeus, ou de origem norte-americana (temos dois canais abertos de televisão, dos mais importantes de Buenos Aires, nas mãos de estrangeiros, e todas as emissoras de TV a cabo também). Isso quer dizer que, por outro lado, muitos outros meios de comunicação expressam de certa forma a vontade dos anunciantes, que também começaram a ser empresas desnacionalizadas, e pretendem impor seus próprios critérios, e não aqueles que possam convir à sociedade que tentam manipular.

De modo que acredito que surge um problema sério com a Alca. Quero dizer de passagem que sei que, no Brasil, repercutiu muito uma afirmação do ministro da Economia da Argentina, no sentido de que era possível fazer uma negociação bilateral. Fui contra essa afirmação e o ministro esclareceu que, nesse caso, tratava-se apenas de uma bilateralidade com o Mercosul. Bem, eu tinha de acreditar nisso, de alguma maneira. Garanto-lhe que a repercussão política nesse caso foi quase unânime. Todo o mundo rejeitou essa possibilidade, porque a maioria do povo argentino, com algumas exceções, é partidária da continuidade do Mercosul e da afirmação desses critérios que não estão relacionados apenas com o aspecto comercial.

Assim como o senhor, acho que, para começar a discutir com a Alca, teríamos de frisar que a discussão tem de ser total. Nada pode ficar de fora. Não se trata de problemas de tarifa. Trata-se de ver o quanto vai produzir a nossa indústria, como vamos protegê-la, o que precisamos para dar trabalho a tanta gente desempregada. Os senhores têm um índice muito

baixo em relação a nós na Argentina. Acho que o desemprego no Brasil é de 7%, mas na Argentina é o dobro. Os senhores crescem, nós não; somos dois países vulneráveis, excessivamente vulneráveis ao setor externo, mas a Argentina o é em medida muito maior. Acredito que estes são os problemas básicos do Mercosul.

E eu dizia que temos de conversar seriamente porque os Estados Unidos também não podem pretender continuar com sua política de subsídios. Os subsídios para o setor agrícola são de 360 bilhões de dólares no mundo por ano, dos quais 140 bilhões correspondem à Europa e 100 bilhões aos Estados Unidos. Quer dizer, se me disserem que os Estados Unidos estão dispostos a mudar esses critérios, bem, finalmente, teríamos um notável progresso, teríamos colocado nossas aspirações, ou teríamos tido a sorte de que a busca de definições fosse totalmente compreendida por todos os setores dos Estados Unidos. Mas gostaria de lhe dizer... gostaria de ler uma informação interessante com referência aos principais produtos de exportação de meu país com barreiras não-tarifárias no Nafta, não só nos Estados Unidos, certo? Isso já é de algum tempo atrás, foi antes do problema da aftosa; mas, por exemplo, deixando de lado as linhas tarifárias: carnes e carcaças comestíveis, nos Estados Unidos 100%, no México 100%, no Canadá 23%. Peixes e moluscos e outros invertebrados aquáticos: Estados Unidos 95%, México 100%, Canadá 96%. Leites e produtos lácteos, ovos de aves, mel natural (acabaram de nos dizer que praticamos *dumping* no caso do mel natural porque lhe demos um crédito especial e perdemos 50 milhões de dólares devido ao *lobby* feito pelos produtores de mel nos Estados Unidos), eu dizia: leite e produtos lácteos, ovos, mel natural: nos Estados Unidos 91, no México 100 e no Canadá 99. Frutas comestíveis, cascas de cítricos ou de melão: 100 nos Estados Unidos, 100 no México e 77 no Canadá. Estamos falando de porcentagens, é claro. Açúcares e produtos de confeitaria: 98 nos Estados Unidos, 100 no México, 7 no Canadá. Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagre: 84 nos Estados Unidos, 100 no México, 83 no Canadá. Fumo e sucedâneos de fumo elaborados: 77 nos Estados Unidos, 93 no México, 41 no

Canadá. Fundição de ferro e aço: 100 nos Estados Unidos, 0 no México, 78 no Canadá. Manufaturas de fundição de ferro e aço: 100 nos Estados Unidos, 1 no México, 32 no Canadá.

Como o senhor pode perceber, esses são dados da Comissão Nacional de Comércio Exterior, elaborados no governo anterior, quando a Secretaria era comandada por uma pessoa que foi um bom embaixador argentino, embaixador Alieto Guadagni. É claro que considero muito difícil obedecer às datas que foram determinadas se realmente quisermos defender nossos interesses. E não podemos nos iludir de que logo vão desaparecer todos os *lobbies* dos Estados Unidos e de que compreendam a falta de solidariedade da globalização e de que toda essa corrente neoliberal possa afirmar-se agora. Como um primeiro passo, talvez a alternativa seja (estou improvisando totalmente, de acordo com sua reflexão) fugir do neoconservadorismo e partir para o paleoconservadorismo. Pelo menos em meu país o paleoconservadorismo tinha um sentido nacional que o neoconservadorismo, é claro, não tem. Mas é uma grande verdade o que o senhor afirma quanto a ambos os sistemas parecerem, assim, a uma olhada geral, totalmente incompatíveis entre si.

#### **GILBERTO DUPAS:**

Presidente, essas questões bastante importantes que o senhor colocou em sua exposição ainda contêm – e esse é o ingrediente essencial do político – contêm certo grau de esperança, algo cada vez mais difícil de ver hoje em dia. Na verdade, se analisarmos as reformas liberais efetuadas pelos países da América Latina a partir dos anos 80, vemos que foram realizadas no momento em que os regimes eram fundamentalmente democráticos, e, portanto, as promessas de uma luz no fim do túnel foram feitas basicamente, em sua maioria, por líderes democráticos, pelo menos na parte final, na maioria dos países. As conseqüências desse processo de abertura foram complexas, para além do problema do controle da inflação, que foi, sem dúvida, a grande conquista e talvez a única conquista importante desse processo; tivemos, basicamente, a criação de um déficit

estrutural crescente, seja na balança comercial, seja nos balanços de transações correntes de todos esses países.

Se observarmos o Mercosul, que durante muito tempo foi considerado um modelo internacional do chamado nacionalismo aberto, verificaremos que de 1992 a 1998, se as exportações do Mercosul para fora do bloco aumentaram 56%, por outro lado as importações de fora do bloco para o Mercosul tiveram de crescer 160%. Isso significa, por exemplo, que num bom ano, um ano de glória do Mercosul, que foi 1997, o déficit comercial acumulado durante esse ano foi de 25 bilhões de dólares, isto é, mais do que os 15 bilhões de saldo que foram obtidos com os agronegócios; teve-se de importar 40 bilhões de manufaturados, peças e componentes, gerando um déficit de 25 bilhões. Este é um dos dramas do processo de abertura econômica, o que, progressivamente, produz déficits na balança comercial dos grandes países da periferia.

Ao mesmo tempo, a mudança de paradigma do mercado de trabalho nesse período foi intensa, especialmente na flexibilização da mão-de-obra (hoje, no Brasil 56% da mão-de-obra são flexíveis, eram 42% no início desse processo, ou 43%), no aumento do trabalho precário, e ao mesmo tempo um aumento razoável do desemprego, com algumas oscilações, mas um aumento razoável do desemprego. Esse quadro apresenta uma dimensão política muito complexa, porque, se, de um lado, a flexibilização do emprego e o aumento do desemprego significam uma demanda de segurança, uma demanda que as empresas não mais conseguem atender, essa demanda é feita ao Estado, e justamente nossos Estados estão sendo desmantelados e estão preocupados, fundamentalmente, com a estabilização monetária, e portanto sem recursos para atender à pressão social.

As conseqüências disso foram, claramente, um aumento da falta de legitimidade dos partidos políticos e dos líderes nacionais, que na verdade encontram progressiva dificuldade para mostrar a luz no fim do túnel, ou às vezes o túnel. Essa questão parece grave porque cria um problema de legitimidade das representações políticas e, ao mesmo

tempo, um crescimento muito forte da chamada “sociedade civil” – já tivemos a oportunidade de discutir isso com o senhor, naquele encontro em Brasília há alguns meses – em que “explodem” os chamados mecanismos da sociedade civil, exigindo espaço, exigindo poder, produzindo um fenômeno curioso. Isso porque, de certo modo, se teoricamente a democracia, os partidos políticos, estão aí para representar a sociedade civil, como se explica, então, essa explosão da própria sociedade civil em busca de um espaço próprio de representação. Isso, de certa maneira, é um sinal muito forte de que ela não se sente bem representada pelos partidos políticos e pela própria estrutura convencional democrática. Isso gera, aparentemente, um problema maior, porque na evolução desse processo não está em jogo apenas o problema do crescimento econômico e o problema social, mas pode estar em jogo o futuro desse ciclo democrático na América Latina, que foi tão precioso e pelo qual tanto lutamos. Gostaria de ouvir algumas reflexões do sr. Presidente sobre esta questão.

**RAÚL ALFONSÍN:**

É muito interessante a reflexão que acabamos de ouvir. No meu entender, é evidente que, nesse momento, a política está desprestigiada, não só nos nossos países e na América Latina, mas também no mundo em geral. De certa forma, em alguns países, em que se pode discernir o problema com maior agudeza, está deslegitimada. Tenho de ter muito cuidado para falar essas coisas, porque isso sempre foi o argumento para os golpes de Estado na Argentina, não é? Diziam que havia legalidade, mas não havia legitimidade, utilizando um pouco o que dizia Weber. Em todo caso, é assim que acontece.

Por outro lado, as pessoas consideram a política um compromisso grande demais – eu mesmo disse isso esta manhã na televisão – porque ela tem de coincidir com todas as respostas de um determinado partido político diante de uma problemática muito ampla. Então, elas dirigem suas preocupações, seu lado altruísta, para movimentos que lutam por um

único objetivo. É desse modo que surgem as ONGs, que lutam, por exemplo, pelos direitos da mulher, pela solução dos problemas ecológicos etc. Bem, concedemos grande importância a isso, que eu vinculo ao terceiro setor da economia.

Eu teria de dizer por que sou contrário, e nisso eu sou obstinado, à frase “sociedade civil”. Eu acho que os partidos políticos não têm de competir com essas organizações, que em geral têm certo preconceito com relação aos partidos políticos, porque imaginam – e muita gente trabalha nesse sentido, para desmoralizá-los, desconsiderá-los – porque imaginam que fazer política é entrar num círculo de moralidade duvidosa. É verdade. Por outro lado, às vezes nós, os políticos, lhes damos motivos para que pensem dessa forma. Todavia, a meu juízo, o que temos de fazer é compreendermo-nos reciprocamente, a sociedade, não a sociedade civil. O senhor sabe que o Estado é constituído pelos organismos que, nos diversos setores, ditam normas que tornam possível a convivência dessa sociedade, não é? O Congresso, o Poder Executivo ou, num âmbito mais limitado, uma lei municipal; mas o Estado também é formado pela sociedade que pretende governar. A ponto de, quando a sociedade se separa do Estado, dizer-se que há uma crise de Estado, que é a crise mais grave que pode ocorrer. Então, quando há falta de legitimidade do governo, pode surgir uma revolução de tipo militar ou cívico-militar, ou o que quer que seja, ou um enfraquecimento, uma queda de todos os valores básicos que constituem a democracia.

Como eu dizia há pouco, penso que esse fenômeno está ocorrendo no mundo inteiro. Faço uma distinção entre república e democracia. A república, o senhor se lembra de Berlin, que, apesar de ser um homem mais de direita, falava das liberdades positivas e das negativas. As liberdades negativas são aquelas que nos são dadas pela república, por meio da divisão dos poderes, que impedem que um Estado despótico cometa abusos contra os nossos direitos. No entanto, sobre essas liberdades tem-se de construir a democracia com as liberdades positivas, que são todos os direitos sociais que hoje estão desaparecendo.

De modo que acredito que, particularmente, através dessa concepção neoliberal, estamos retrocedendo, num processo regressivo, da democracia, que busca a igualdade, para a república, que não se interessa pela igualdade. E vemos que muitos autores e escritores afirmam que a luta pela igualdade é contrária à liberdade. Concordo com Gobbio quando define que a esquerda ou o progressismo, seja lá o nome que tiver, é a busca da igualdade, sem a qual não existe uma ética determinada, não é?

Acho que é um problema cultural, como o senhor disse, é um problema, portanto, ético. Penso que estamos vivendo uma época muito particular nesse sentido e que, a meu ver, podem ocorrer mudanças totalmente regressivas, ou uma reação, que nos permita voltar a priorizar os valores fundamentais, e é isso que tem de fazer a sociedade. Quem são os que falam de sociedade civil? Há os de direita e os de esquerda. Todo o mundo fala de sociedade civil. Por isso, sempre discuto, por todo o lado, com todos que me dizem isso. E eu lhes digo, antes de tudo sou um teimoso, ninguém adota o mesmo critério que eu, pois é. Por exemplo, Nicolas Penser, em livro muito interessante, este autor francês, sustenta a mesma coisa. Em primeiro lugar, a sociedade civil não existe, porque existem inúmeras sociedades civis. E baseia-se, ao contrário, num medo da democracia. Eu diria que ela nasce de uma concepção que se origina em Hobbes, que vê o homem como o lobo do homem, que pensa que pode ocorrer uma destruição; ou vem do medo que tinha Tocqueville, que era um aristocrata, intelectualmente democrático, mas, como alguns dizem, a cabeça ia para a esquerda, mas o corpo ia para a direita. E ele, por medo da democracia, queria que houvesse uma rede social, que é o que entendem os partidários da sociedade civil, que impedisse o Estado de agir, de ir além do que lhe cabia na sociedade. Turken também dizia a mesma coisa. Falavam dessa rede especial. Há uma frase de John King, que analisei bastante, na qual ele fala também de sociedade civil, mas lhe dá uma grande quantidade de significados; é uma frase quase tão perigosa quanto a palavra “ideologia”, que tem mais de vinte acepções.

Penso, então, que é o que a sociedade civil pode significar neste momento, e de fato aqueles que falam de sociedade civil no quadro da sociedade neoliberal querem resguardar um setor da sociedade, não só de uma intromissão indevida do Estado, mas também de qualquer intervenção da política. Teríamos, então, uma sociedade monstruosa, porque nem mesmo à ordem pública caberia ao Estado atender, e naturalmente estamos caminhando também para uma sociedade monstruosa, antidemocrática, porque numa democracia representativa sabemos que os partidos políticos são absolutamente necessários.

Assim, também aqui deve-se travar a batalha cultural, que não estamos ganhando, o senhor tem razão. Estão ganhando de nós, estão nos deslegitimando. Estão triunfando sobre a concepção que sempre defendemos. E por quê? Porque, sempre que se apóia o neoliberalismo num país, a primeira coisa que se faz é tentar destruir o sindicalismo. E, em seguida, também enfraquecer a política. Porque não se querem intermediários entre os seus interesses e o governo. Um governo que, no final, passa a ser gerente de seus interesses. Por isso, acho que deve ter muito cuidado quem gosta da ação política e deve tentar, sobretudo, intervir na discussão, participar da discussão política, porque, do contrário, pode acontecer que cheguem à política, não aqueles que têm uma nobre vocação de serviço, mas aqueles que só pretendem obter uma colocação para enriquecer. É isso que me ocorre a partir de sua interessante reflexão.

**TULLO VIGEVANI:**

Sr. Presidente, compartilho as opiniões que meus colegas Marco Aurélio Garcia e Gilberto Dupas expressaram sobre sua intervenção extremamente interessante, tanto no que se refere aos aspectos históricos quanto no tocante à sua avaliação do processo de integração até os dias de hoje.

No entanto, eu gostaria de aproveitar para esclarecer alguns aspectos do processo histórico de integração entre a Argentina e o Brasil. Lemos

alguns trabalhos e discutimos com alguns atores importantes desse processo de integração, inclusive com participantes de seu governo, como Félix Peña e Roberto Lavagna, e, em geral, surgiu a idéia de que, depois da Ata de Iguazu, de novembro de 1985, que o senhor descreveu em sua intervenção, existiu o risco de que as relações entre os dois países permanecessem no plano retórico, do discurso, como havia acontecido em outros momentos históricos. A partir do início do século houve momentos de relativa aproximação, e de grande aproximação, entre a Argentina e o Brasil, inclusive nos governos de Jânio Quadros e de Frondizi. O encontro de Uruguai também propiciou esse tipo de aproximação, mas que não teve conseqüências. E os que participaram do processo, seja do lado argentino seja do brasileiro, declararam que, no período imediatamente posterior à Ata de Iguazu, houve algumas reuniões dos funcionários dos dois governos, reuniões privadas, fora do debate público, onde ocorreu uma grande discussão sobre esse tipo de aprofundamento das relações entre os dois países, que finalmente deu origem ao acordo de julho de 1986, que o senhor também lembrou, que proclamou o Pice (Programa de Integração e Cooperação Econômica), os 12 Protocolos e todo o resto do processo.

Bem, eu gostaria de saber sua opinião pessoal sobre as razões que deram origem a isso, além dos motivos históricos gerais, quais foram as razões de fundo do governo argentino, naquele momento, para avaliar positivamente as relações com o Brasil. E vou colocar outro problema que tem relação com isso: existe uma opinião generalizada de que as relações entre a Argentina e o Brasil, do ponto de vista argentino, foram aprofundadas com o Brasil, devido à existência de um mercado bastante significativo, bastante amplo, e, além disso, que a integração com o Brasil poderia produzir uma intensificação da modernização e uma melhora da competitividade das empresas argentinas e do setor produtivo argentino em geral. Pergunto em que medida isso pesou nas decisões de integração, ao mesmo tempo em que sempre se diz que o Brasil estava interessado na relação com a Argentina, sobretudo em função de um projeto político, de

defesa diante do processo de integração que estava sendo desenvolvido, particularmente em consequência do avanço das negociações da Rodada Uruguai do Gatt.

A outra pergunta que eu queria fazer é: O senhor falou, e me pareceu muito interessante sua intervenção, da preocupação com a participação da sociedade e das instituições representativas da sociedade no período inicial da integração. E que esse processo sofreu um atraso, foi freado depois do Tratado de Assunção. No entanto, devemos dizer que o movimento sindical e mesmo os parlamentares queixaram-se, durante os governos Sarney e Alfonsín, justamente de uma baixa participação nesse processo de integração. Como se pode interpretar essa visão?

O penúltimo ponto que eu gostaria de tocar: O senhor fez uma crítica, que me parece que todos compartilhamos, à lógica liberal do processo de integração depois de 1990. Disse que o centro do processo não era mais a integração dos países, mas os mecanismos pelos quais a integração facilitaria a adequação ao processo de globalização de nossos países. Pergunto: Por que, no processo desenvolvido a partir de 1985, 1986, nunca se propôs uma política de fundos comuns, semelhantes aos fundos que existiam na União Européia, ou na Comunidade Econômica Européia naquela época, que teriam permitido políticas compensatórias capazes de frear as resistências ao processo de integração? Ou políticas de desenvolvimento econômico de utilização dos instrumentos do tipo do BNDES no Brasil, ou fundos de investimento ou de desenvolvimento argentinos, para completar a política de integração?

A última questão refere-se a um problema de maior atualidade, de grande atualidade: a evolução da opinião pública argentina com relação ao Mercosul e à integração com o Brasil. Acho que, durante sua gestão, a orientação dos dois governos foi muito forte no sentido de impulsionar modificações na posição da opinião pública. Em geral, poderíamos dizer que as opiniões públicas da Argentina e do Brasil avançaram para uma compreensão recíproca, mas nos últimos dois ou três anos existem sintomas de enfraquecimento das posições, das opiniões públicas em

favor do processo de integração. Pergunto se o senhor compartilha essa preocupação ou se ela não corresponde efetivamente à realidade.

**RAÚL ALFONSÍN:**

Para começar minha resposta, quero dizer... Bem, Félix Peña foi funcionário nosso? Apenas assessor externo... não acho que tenha sido funcionário nosso, era funcionário, ao contrário, do processo anterior. Não é verdade?

Bom, mas de qualquer modo, isso não tem grande importância. Parece-me lógico, o senhor mencionou o que Caputo tinha frisado – é lógico, eu disse isso em minha exposição – naturalmente que também era preciso levar em conta interesses de tipo econômico, comercial, mas também científico, cultural, democrático, fundamentalmente e institucionalmente também. Não acredito que o Brasil não pense a mesma coisa, no sentido de que convém, desse ponto de vista, também um desenvolvimento dessa natureza. De forma que isso nunca se negou, nem se escondeu, nem se disse que não existe... Claro que interessa a todos. Por isso, se o senhor quiser posso lhe dizer mais coisas, isto é, de outro ponto de vista na Argentina se diz que seremos “brasildependentes” se participarmos do Mercosul, ou que no Brasil existe uma política um pouco menos que imperial na América Latina, o que é outro disparate. Por isso, se vamos considerar as coisas negativas que se dizem de ambos os lados, estaremos conspirando contra a construção do que queremos, isto é, dar-lhe uma melhor forma, não é? O que temos de evitar, obviamente, é que não se repita; e é bom que se lembrem, nesse ano do centenário do nascimento de Prebisch, do que ele dizia ocorrer no esquema internacional entre centro e periferia. A verdade é que não podemos vender exclusivamente *commodities* e comprar produtos manufaturados. Tem de haver nesse caso também uma inserção, porém existem problemas também que estão vinculados a tipos cambiais. Por exemplo, mencionei a necessidade de termos políticas macroeconômicas compatíveis e, entre elas, naturalmente, as de ordem cambial, que não existem.

Este é um de nossos grandes obstáculos. Enquanto estamos ancorados a um tipo de câmbio, o Brasil atua de outra maneira, porque isso lhe é imposto por seus interesses e suas necessidades. De modo que isso impede a permanência das correntes de comércio naturais que foram produzidas. Não é que o Brasil ou a Argentina tenha culpa disso. É que talvez não se tenha trabalhado no sentido correto, pelo menos em meu país. Sempre fui contra a conversibilidade, sempre. Acho que é muito fácil entrar nela, mas muito difícil sair, e isso vai nos dar muito trabalho, vai-nos custar muito trabalho, e suscitar dificuldades, sem sombra de dúvida. O que estou fazendo é um apelo para que sigamos em frente no que se discutia; é claro que se discutia, mas com um caráter totalmente positivo.

Por exemplo, o senhor sabe que o ministro de Ciência de vocês, naquela época, era uma pessoa extraordinária, que dialogava e negociava muito com Manuel Zadosky, que era o secretário de Ciência e Técnica de meu governo, e falavam da possibilidade de realizar pesquisas alternativas. Diziam que não tínhamos de fazer a mesma coisa, fazer um gasto comum, mas buscar uma forma mútua de nos ajudarmos, de transferir os conhecimentos. Os senhores sabem que a força aérea ficou totalmente eliminada logo em seguida, resolveu-se construir em conjunto o avião que vocês fazem neste momento com muito sucesso.

E, assim, havia diversos projetos que tinham de ser exteriorizados em fatos positivos, mas que precisavam de tempo. E a forma extraordinária, exponencial, como nosso comércio cresceu demonstra que não havia ninguém freando, porque foi realmente exponencial o aumento do comércio entre o Brasil e a Argentina. Também no campo cultural realizavam-se conversações, intercâmbios que ainda hoje ocorrem, talvez graças à inteligência e à preocupação de alguns homens muito importantes, como o presidente da Fundação Memorial, não é? Esse intercâmbio cultural é também fundamental; de modo que não acredito que, durante meu governo, tenha havido um bloqueio dessa situação. Além disso, eu vinha ao Brasil com representantes dos empresários e dos

trabalhadores. Não se deixe levar o senhor pelo que disseram alguns deles, simplesmente porque eu sofri 14 greves gerais, como o senhor se recorda, e eles não eram muito partidários de dizer muitas coisas positivas sobre o meu governo. Reclamavam de coisas das quais certamente tinham razão, mas que não podiam ser realizadas. Por isso, não observo de forma alguma esse freio nem vejo egoísmo da parte de nenhum dos dois países. Naturalmente, aos dois também interessava o campo econômico. E é claro que discutíamos. O senhor sabe o quanto discutiu na Europa a Comunidade do Carvão e do Aço, que depois deu origem à União Européia, quantos problemas ela teve desde o primeiro ano: 700! Para ser totalmente honesto, também acho imprescindível criar organismos supranacionais que sirvam para solucionar conflitos que poderiam ocorrer, pelo menos entre a Argentina e o Brasil. Mas o Brasil, principalmente, sempre se opôs a isso.

Quer dizer, temos muitos problemas para conversar, para discutir. Mas o importante é que saibamos que somente por meio de uma tarefa dessa natureza, que precisa ter enorme magnitude, é que podemos trabalhar com esperança de um futuro para a América Latina. Analise a América do Sul. Pense no que acontece conosco. Com relação à Venezuela, não sabemos o que vai acontecer com seu sistema... O presidente acabou de dizer que parece que não vai se poder fazer a revolução por via democrática. O Equador, com gravíssimos problemas, de todo tipo. A Colômbia, nem se fala... Continuemos descendo... O Peru agora, certamente vai dar um salto para a frente... O Chile está muito bem, mas o Paraguai nem tanto... E a Bolívia, nem tanto... E nós, com uma crise extremamente forte, que também está afetando fortemente o povo argentino. E, com isso, muitos setores se sentem realmente desencantados. Vocês aqui, comparativamente, estão muito melhor, mas também têm problemas... De maneira que, se não agirmos de forma inteligente, procurando suprir o que antes esperávamos que chegasse de fora, com o esforço que nós mesmos temos de realizar com um grande espírito de solidariedade, não teremos futuro, porque a globalização cria cada vez

mais diferenças, mais desigualdades, expressa mais desigualdades entre os países e dentro dos países.

Então, temos de tentar unir nossas forças para lutar, em primeiro lugar, por esses valores básicos e fundamentais, mas que estão vinculados diretamente a todos os aspectos a que venho me referindo... Não sei se respondi à sua pergunta.

**ANA MARIA STUART:**

Em primeiro lugar, é um prazer conhecê-lo pessoalmente e agradeço o convite para participar deste evento. Minhas perguntas, meus comentários, se dirigem à sua pessoa hoje, como presidente do partido mais antigo da República Argentina. Partido que, desde seu nascimento, incorporou os anseios de liberdade e democracia dos argentinos, a partir do primeiro presidente, que foi Yrigoyen, lá pelos anos de 1916, que dirigiu não apenas um governo, mas todo um movimento. Depois, o senhor teve essa mesma grande representação, quando foi eleito por, eu diria, grande maioria dos argentinos. Votaram no senhor radicais e não-radicalis, porque entenderam que era a grande esperança de redemocratizar nosso país. E tivemos um terceiro momento de grande esperança com a eleição da Aliança e do presidente De la Rúa. E nesses três momentos foi colocado um capital político importante nas mãos do partido que o senhor dirige atualmente. Minha pergunta é a seguinte: Foram tão grandes os condicionantes que dificultaram tanto a consecução dos objetivos? E, de alguma maneira, frustraram tantas esperanças. Porque, sem dúvida, o senhor passará para a História como o presidente da paz, como o presidente que buscou a paz com seus vizinhos, como deixou bem claro o glorioso plebiscito que mostrou que os argentinos não queríamos a guerra com o Chile. E também toda essa aproximação com o Brasil, histórica sem dúvida, por abolir a hipótese de conflito, como se disse aqui. E, quando De la Rúa tomou posse, todos tínhamos esperança de recuperar esse espírito, o espírito do processo de integração que o senhor havia iniciado. E isso estava no projeto da Aliança, esteve presente também nos

primeiros gestos do governo De la Rúa. E hoje, bem, estamos atravessando os momentos mais graves do Mercosul. Enfim, eu queria saber sua opinião a respeito disso.

**RAÚL ALFONSÍN:**

Bem, parece-me muito interessante o que a senhora disse. Com relação a meu governo, vou lhe dizer brevemente uma coisa: ganhei porque havia uma aliança implícita. Com um único objetivo, como a senhora disse muito bem: a redemocratização. Por isso, as pessoas votaram em mim. Confiaram em que eu faria as coisas de forma a realizar uma real redemocratização da Argentina. Mas esse era o único ponto de concordância. Em todas as outras coisas, havia tremendas discrepâncias. De maneira que, à medida que fomos alcançando nossos objetivos, vinculados à consolidação da democracia, esse acordo implícito foi-se diluindo, porque cada um começava a dar importância, não ao que já fora conseguido, mas aos outros problemas de caráter qualquer. Então apareceram as discrepâncias e apareceram os problemas que impediram que tivéssemos força suficiente para concretizar o que desejávamos. Como, por exemplo, no quadro da economia, quando resistimos às políticas neoliberais do Fundo Monetário Internacional, que no final cobrou sua conta e nos lançou, junto com outros interesses, no problema da hiperinflação. Recordando, de passagem, não podemos esquecer que a América Latina, nos anos 80, foi o território da inflação, não é?

Atualmente, chegamos ao governo também através de uma aliança progressista, que sofreu, porém, a inércia das medidas neoliberais tomadas durante dez anos. É impossível pensar que se pudesse superar o problema com uma mudança de rumo. Determinou-se a mudança de rumo, mas a inércia dessas outras medidas anteriores continua. Não se pode, por exemplo, reestatizar empresas privatizadas, o que nunca deveria ter sido feito. Eu, por exemplo, nunca teria privatizado a YPF (Yacimientos Petrolíferos Fiscales). Eu não teria vendido a última parte tampouco. Enfim, há muitos episódios iguais a esse. Quando eu, se

faltava capital e não havia onde buscar, vendia 40% das ações das companhias telefônicas e 40% das ações das Aerolíneas. Escolhendo o sócio, e não fazendo leilão. Porque o meu critério também não é a forma de privatizar.

Mas, como eu estava dizendo, naquele momento estamos sofrendo esse impacto. É muito difícil, muito difícil sair dessa inércia. E, embora se tomem medidas, esse fundamentalismo de mercado que existe atualmente, essa perda da capacidade de decisão nacional de que hoje sofremos, impede que atuemos com a celeridade cabível. Então, acontece o desencanto. Que não está só fora, mas também dentro de nossas próprias fileiras. Além disso, por exemplo, embora eu seja o presidente do partido, há medidas tomadas pelo governo com as quais não estou de acordo e o digo, faço uma declaração dizendo: “Não estou de acordo”. Não estou de acordo com o veto a Cuba; nunca estarei de acordo com a discussão ou a negociação bilateral com a Alca. Para mim, a Constituição diz claramente aos argentinos que ela é o principal instrumento da política externa argentina.

Portanto, temos de dar um pouco de tempo ao tempo. No ano que vem vou voltar, e se tiver o prazer de encontrá-la, continuaremos conversando. Não sou Pangloss... Eu dizia esta manhã que não sou um otimista panglossiano. Mas acredito que poderemos avançar, com muito esforço, quase com um sentido épico; somente assim podemos seguir em frente. Quer dizer, se não deixarmos cair os braços. Caso contrário, não sabemos qual vai ser o nosso destino. Mas suas inquietações são boas. Elas realmente existem e todos nós as temos.

**FERNANDO GASPARIAN:**

Eu queria aproveitar a oportunidade para fazer aqui uma reflexão e gostaria de saber sua opinião sobre o impasse em que se encontra nosso país e, evidentemente, não só nosso país, mas também a Argentina e outros países da América Latina, com relação tanto ao problema cambial quanto ao balanço de pagamentos. Todos os anos, o Brasil – e isso cada vez se

faltava capital e não havia onde buscar, vendia 40% das ações das companhias telefônicas e 40% das ações das Aerolíneas. Escolhendo o sócio, e não fazendo leilão. Porque o meu critério também não é a forma de privatizar.

Mas, como eu estava dizendo, naquele momento estamos sofrendo esse impacto. É muito difícil, muito difícil sair dessa inércia. E, embora se tomem medidas, esse fundamentalismo de mercado que existe atualmente, essa perda da capacidade de decisão nacional de que hoje sofremos, impede que atuemos com a celeridade cabível. Então, acontece o desencanto. Que não está só fora, mas também dentro de nossas próprias fileiras. Além disso, por exemplo, embora eu seja o presidente do partido, há medidas tomadas pelo governo com as quais não estou de acordo e o digo, faço uma declaração dizendo: “Não estou de acordo”. Não estou de acordo com o veto a Cuba; nunca estarei de acordo com a discussão ou a negociação bilateral com a Alca. Para mim, a Constituição diz claramente aos argentinos que ela é o principal instrumento da política externa argentina.

Portanto, temos de dar um pouco de tempo ao tempo. No ano que vem vou voltar, e se tiver o prazer de encontrá-la, continuaremos conversando. Não sou Pangloss... Eu dizia esta manhã que não sou um otimista panglossiano. Mas acredito que poderemos avançar, com muito esforço, quase com um sentido épico; somente assim podemos seguir em frente. Quer dizer, se não deixarmos cair os braços. Caso contrário, não sabemos qual vai ser o nosso destino. Mas suas inquietações são boas. Elas realmente existem e todos nós as temos.

**FERNANDO GASPARIAN:**

Eu queria aproveitar a oportunidade para fazer aqui uma reflexão e gostaria de saber sua opinião sobre o impasse em que se encontra nosso país e, evidentemente, não só nosso país, mas também a Argentina e outros países da América Latina, com relação tanto ao problema cambial quanto ao balanço de pagamentos. Todos os anos, o Brasil – e isso cada vez se

agrava mais – apresenta um déficit no balanço de pagamentos de cerca de 26 bilhões de dólares. Isso está crescendo. E, para cobri-lo, para que não haja uma crise cambial imediata, o governo está fazendo empréstimos com taxas de juros ruinosas, muito ruins, e ao mesmo tempo está vendendo ativos. Privatizando, desnacionalizando. Já foi vendida a siderurgia, já foi vendida a petroquímica e, felizmente no nosso caso, não se vendeu o petróleo, mas foi vendida uma grande parte dos ativos hidrelétricos. Bem, foi o mesmo sistema que ocorreu, só que com maior gravidade, me parece, na Argentina. E isso tem de acabar. Porque, do contrário, teremos uma gravíssima crise cambial quando não houver mais nenhum ativo para ser vendido no Brasil. Isso é uma coisa que está mais perto de acontecer na Argentina do que no Brasil. Assim, algo tem de ser feito.

E ainda mais grave do que isso: o sistema financeiro mundial está mudando as oportunidades de exportar mais, de obter saldos comerciais, porque cada vez são mais restritas as possibilidades de aumentar a exportação. O Brasil não consegue vender aço, não consegue vender açúcar, não consegue vender suco de laranja, sucos naturais, porque existem barreiras não-tarifárias, nos Estados Unidos e nos países da Europa. Portanto, essa situação se agrava cada vez mais. Na década de 90, a situação piorou muito e não se obtêm mais saldos comerciais. E não há nenhuma esperança de conseguir isso nos próximos anos. Mas, a meu ver, algo deveria ser feito, politicamente, entre todos esses países; por exemplo, uma possibilidade seria a Venezuela ingressar no Mercosul. Isso porque atualmente a Venezuela exporta para o Brasil um bilhão de dólares anuais de petróleo. E esses dólares não vêm para o Brasil, porque é utilizado em outras compras no mercado tradicional, que são os Estados Unidos. Ou na Europa, em produtos como meios de transporte, inclusive alimentos. Tradicionalmente, essas compras são feitas pelas empresas privadas, que têm seus fornecedores tradicionais. Não é o governo quem compra. Porque, quando o Brasil decidiu comprar um bilhão de dólares de petróleo da Venezuela, foi uma decisão deste governo, de Fernando Henrique, que começou a comprar da Venezuela, como também come-

çou a comprar da Argentina, recentemente, o que comprava do Oriente Médio. Mas a Argentina, devido ao Mercosul, começou a utilizar uma grande parte desses dólares comprando do Brasil, mas a Venezuela não, a Venezuela não está fazendo isso, porque até agora se impediu que ela entrasse no Mercosul. Quase entrou quatro anos atrás, mas a pressão dos Estados Unidos foi tão grande que, no final, Caldera não quis que a Venezuela ingressasse no Mercosul. Portanto, essas mudanças que poderiam ser fundamentais, não há qualquer esperança de que se tornem realidade.

Por isso, queria perguntar ao senhor: Em sua opinião, o que poderia acontecer? O que deveria ser feito para mudar essa tendência que estamos observando atualmente, a de que nossos países estão se dirigindo para uma crise em dois, três ou quatro anos, se tudo continuar como atualmente. Há alguma esperança? Obrigado.

**RAÚL ALFONSÍN:**

Claro, na Argentina não está para esgotar-se tudo o que há para vender, já se esgotou. Não há mais nada para vender. Foram vendidas todas as jóias da vovó, e até a vovó...

E o senhor tem razão quando afirma que este é um endividamento permanente, que parece não ter fim. O problema também é que essas questões viraram tabu. São questões-tabu, porque os mercados se alteram quando alguém tão pouco importante como eu, que não estou no governo, diz algo a respeito. A mim atribuíram a queda da Bolsa, o aumento do risco-país, porque, num programa *light* apresentado por uma senhora, eu disse: "Que bom se nos deixassem sem pagar juros por dois anos!"; ia ser muito melhor também para os credores, porque poderíamos crescer.

Portanto, não vou responder ao senhor diretamente, só vou dizer que... Vou pedir ao senhor que leia um artigo da Comissão Meltzer, no qual, de uma forma que não sei como, propõe-se uma espécie de calote programado com uma quitação de 30% da dívida; e a todos aqueles que não aceitassem isso o Fundo Monetário ofereceria uma quitação de 40%. Mas

não vá dizer que fui eu que disse isso. Apenas li esse artigo e recomendo que o senhor também o leia, não sei...

Pode ser também um problema gravíssimo, porque um calote, mesmo que seja programado, pode ocasionar muitos problemas num país. E se ficarem sabendo que eu estou dizendo isso, na Argentina, bem... os pitos que vão me dar... serão enormes...

Mas, de qualquer maneira, este é um círculo vicioso que tem de acabar. Tem de acabar. Porque é tão grande a injustiça, houve uma tão grande deterioração do preços das *commodities* que vendemos, das matérias-primas... É tão grande a injustiça com relação aos escassos produtos que nos permitem vender, é tão grande a injustiça da falta de solidariedade, é tão grande a injustiça de pessoas que têm excelentes idéias dentro das fronteiras de seu país, mas suas idéias, suas filosofias, seus princípios acabam assim que atravessam a fronteira... Realmente precisamos de sociedades novas.

Hoje em dia é importante, eu dizia essa manhã, pela televisão, que tenho muita esperança, porque também é possível trabalhar sobre isso, sobre o que se chama o capital social como fator de desenvolvimento... Fator de desenvolvimento: capital, riquezas naturais, recursos humanos... Quer dizer, tem-se de oferecer saúde, alimentação, educação, ter um povo o mais educado possível, e depois o capital social, que é a cultura de uma sociedade num momento determinado. Como dizia Tomassini, é a ética de uma sociedade. E o que quer dizer isso? Esse capital social, o que significa? Uma sociedade que atue com confiança um no outro, em que não haja excessivo contraste social. Em que haja um sentido do público. Uma correta concepção cívica, uma vontade de se comprometer, uma solidariedade manifesta, uma vontade de participar. Tudo isso já pode ser medido em termos econométricos, e creio observar nos próprios economistas ortodoxos, clássicos, preocupações cada vez mais importantes ligadas à questão social, inclusive no Banco Mundial, que afirma a necessidade de defender as indústrias nascentes, que em cada país tem de ter. Sabe quem apresentou essa idéia, há alguns anos, no Banco

Mundial? Os japoneses, nada menos. E inclusive, no próprio Fundo Monetário Internacional, observa-se que, com o mesmo objetivo de pagar a dívida, seguramente, observa-se que levam em conta não só o ajuste fiscal, mas também os valores que fazem o crescimento, o desenvolvimento de um país, o crescimento de sua economia, a tal ponto que hoje ser progressista é trabalhar nesse sentido, buscar o crescimento e a distribuição, é claro. Por quê? Porque isso começa a ser compreendido. Da mesma maneira que veio uma imensa onda neoliberal, os mesmos que antes defendiam essa posição estão começando a reagir, porque percebem que as receitas têm sido espantosas. Sempre que o Fundo disse “é preciso fazer isto”, as soluções não chegaram nunca e surgiram muitos desastres... No Sudeste asiático, na Rússia, na Turquia... enfim, acho que está ocorrendo uma mudança nesse sentido, pelo fato de Meltzer dizer isso... É um homem muito importante nos Estados Unidos, realmente muito importante... Que ele diga isso é realmente extraordinário. Abre os nossos olhos.

Portanto, acho que estão começando a perceber o que nós percebemos, que dessa forma não vamos a lugar nenhum e que não se pode condenar o mundo em desenvolvimento a uma asfixia que pode ocasionar enormes desastres... Porque estamos todos no mesmo avião, uns na primeira classe e outros na terceira... Mas, se as pessoas estiverem muito amontoadas no fundo, vão querer passar para a frente. Os próprios fenômenos de migração... Têm que levar a pensar na necessidade de desenvolvimento dos países de qualquer forma... Eles se afogam, são perseguidos, às vezes até assassinados, mas vão em busca de comida, em busca de um lugar onde viver... Isso não pode continuar dessa forma, é uma imoralidade que ninguém agüenta mais, é uma falta de sentido ético que estão começando a perceber aqueles que até agora não tinham dado importância à questão. De um ponto de vista que poderíamos chamar de egoísmo lúcido.

De modo que esse é o nosso trabalho, de um lado, o empuxo que temos que dar no que fazemos, o sentido de uma cultura do esforço que temos de recriar, com senso de responsabilidade e de solidariedade, e, ao mesmo

tempo, um trabalho sobre os que pensam de modo diferente, para chegar a eles com nossas palavras, com nossos argumentos, que começam a ser reiterados, mesmo nos Estados Unidos, onde já há muita gente que critica a distribuição. O senhor sabe que existem nos Estados Unidos 30 milhões de pessoas, mais ou menos a população da Argentina, que vivem abaixo da linha da pobreza? Enquanto um diretor de uma grande empresa ganha 20 milhões de dólares por ano... Tudo isso é inadmissível. Creio que seria justa uma relação de 10 para 1... aquele que ganha mais ganhe 10, e aquele que ganha menos na fábrica ganhe 1... Bem, também se poderá discutir uma relação de 7 para 15, mas essa exorbitância... Quer dizer que no ano que vem essa empresa vai estar bem, porque vamos demitir 20 mil empregados. E a assembléia de acionistas se regozija e aplaude porque vão ter lucros maiores... Não pode ser, essas bolhas vão acabar explodindo...

Essa é, de um lado, uma esperança, porque lembro..., é curioso como o sistema internacional funciona, porque se observarmos as agências internacionais de análise de risco hoje, como elas classificam os países... Eu sempre tive muita dificuldade para entender por que a Colômbia sempre estava muito bem classificada pelas agências de *rating*. Agora compreendi. É fácil. Porque o único critério dessas agências é a capacidade de pagar a dívida. E a Colômbia, seja como for, tem capacidade de pagar a dívida, portanto... Uma boa *commodity*, é curioso, porque quem sabe não se encontrará aqui a solução: na medida em que o sistema internacional prioriza, com enorme intensidade, verifique-se que este critério é um critério impossível, quem sabe as teses de Tobin e as teses de Meltzer comecem eventualmente a ganhar espaço.

**FABIO MAGALHÃES:**

Gostaria de mudar um pouco o enfoque da discussão desta noite e falar um pouco das questões culturais. Acredito que, de alguma forma, o senhor falou desse assunto, tanto em sua apresentação inicial desta tarde quanto pela manhã, e também no programa *Roda Viva* da TV Cultura. Lembro-me que, quando eu era jovem, o ministério importante no Brasil

era o Ministério da Justiça. Naturalmente, o Ministério da Fazenda também tinha sua importância, seu significado, mas a política era feita através do Ministério da Justiça. Hoje em dia, e a partir da época da ditadura, o Ministério da Fazenda é que manda na política no Brasil. Portanto, todos estamos centrados nas questões do mercado. E a sociedade está a serviço de respostas de questões de mercado muitas vezes conjunturais, e perdeu uma visão estratégica de governo, ou seja, os governantes não governam com uma visão estratégica, perderam a visão estratégica.

Isso é muito interessante. Vou contar uma história curta. Na época do governo Sarney, eu trabalhava com Celso Furtado no Ministério da Cultura, e veio aqui o Secretário de Estado norte-americano e chamou Celso Furtado para um encontro. Celso Furtado, naturalmente, achava que iam discutir questões econômicas. Mas o que interessava ao Secretário de Estado americano era dizer que, se fizéssemos restrições ao cinema norte-americano nas distribuidoras brasileiras, eles iriam impor restrições ao calçado brasileiro nos Estados Unidos. Ou seja, de uma maneira bem pragmática, impunha uma questão que para eles continua muito importante: é a visão estratégica dos Estados Unidos no mundo, na qual o cinema desempenha um papel muito importante.

E, como o senhor falou também da questão ética, que é fundamentalmente uma questão de convivência, uma questão cultural, é uma questão da sociedade, da política, pois; essa questão sem dúvida é um problema central em nossa vida política. Falamos também de como as questões da ética e da política são fundamentais para nós. Mas são questões pontuais e não estratégicas, e mais uma vez volta-se a discutir as questões éticas de um ponto de vista conjuntural. Ou seja, os problemas éticos do momento em proveito das questões conjunturais políticas. E não a questão ética como uma questão transcendental, uma questão fundamental da política e da sociedade.

Eu queria saber como o senhor vê a questão cultural e a política, isto é, o político preocupado com as questões culturais e não apenas com as

questões de mercado. Ou seja, sair das questões conjunturais para entrar nas questões estratégicas.

**RAÚL ALFONSÍN**

Sim, estou totalmente de acordo, estou totalmente de acordo com sua reflexão.

---

# DEBATEDORES

Coordenador: **Fabio Magalhães**

Museólogo, estudou no Instituto de Arte e Arqueologia de Paris, atuou como diretor da Pinacoteca do Estado de São Paulo; secretário de Cultura do Município de São Paulo; assessor especial da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo; secretário de Apoio à Produção Cultural do Ministério da Cultura; diretor geral da Embrafilme, conservador-chefe do Museu de Arte de São Paulo - Masp, além de curador da segunda e terceira edições da Bienal de Artes Visuais do Mercosul. É diretor-presidente da Fundação Memorial da América Latina desde 1995.

**Marco Aurélio Garcia**

Formado em Direito e Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pós-Graduado na Escola de Altos Estudos e Ciências Sociais de Paris. Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas. Foi professor na Universidade do Chile, na Faculdade Latino-Americana de

Ciências Sociais (Chile) e nas Universidades de Paris-VIII e Paris-X (França). Membro da Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores. Atual secretário da Cultura da cidade de São Paulo. Foi secretário de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores por mais de dez anos. Foi vereador na cidade Porto Alegre (1967) e secretário de Cultura do município de Campinas (1989–1990). Coordenou o programa de governo de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais de 1994 e 1998.

### **Gilberto Dupas**

Coordenador-geral do Grupo de Análise da Conjuntura Internacional (Gacint) da USP; presidente do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais - Ieei; professor da Fundação Dom Cabral junto ao European Institute of Business Administration – Insead (França) e à Kellogg Graduated School of Management – Northwestern University (EUA); foi professor de várias universidades brasileiras, nas áreas de Política Econômica e Planejamento Estratégico, bem como membro do Conselho da Fundação Getúlio Vargas, do Cebrap (Centro Brasileiro de Pesquisas) e do Conselho Deliberativo do Instituto de Estudos Avançados da USP. Foi secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento (governo Montoro), bem como presidente e conselheiro de empresas públicas, de empresas privadas e de fundações. Autor de vários livros nas áreas de economia, estratégia e desenvolvimento, dentre eles: *Alca e os Interesses do Mercosul*, *Economia Global e Exclusão Social* e *Ética e Poder na Sociedade da Informação*. Tem publicado mais de 400 artigos e ensaios em jornais e revistas especializadas.

### **Tullo Vigevani**

Professor do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (Unesp – campus de Marília), é pesquisador do Cedec (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea). Suas áreas de especialização são Política Internacional e História das Relações Internacionais.

### **Ana Maria Stuart**

Licenciada em Ciências Políticas e Diplomáticas pela Universidade Nacional de Rosário (Argentina). Professora universitária, deixa a Argentina em fins

de 1977, durante a ditadura militar. No Brasil, retoma a carreira acadêmica e defende tese de Mestre em Ciência Política na área de Relações Internacionais do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo. Atualmente, é pesquisadora e professora do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da Universidade de São Paulo(Nupri/USP).

### **Fernando Gasparian**

Ex-deputado federal, participou da Assembléia Nacional Constituinte, em 1988, onde fez parte da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, e foi relator da Subcomissão do Sistema Financeiro e integrou, igualmente, a Comissão de Sistematização, além de ser autor de algumas emendas aprovadas. Foi superintendente da Sede Permanente do Parlamento Latino-Americano e membro de seu Conselho Consultivo. Atualmente, é diretor da Editora Paz e Terra, das Edições Graal e de D&F Agropecuária S.A, além de membro do GPI (Grupo de Política Industrial) da Fiesp.

### **Marcos Mendonça**

Secretário de Cultura do Estado de São Paulo, é advogado e procurador da Prefeitura. Foi o criador, enquanto secretário municipal de Cultura, da primeira Lei de Incentivo Fiscal à Cultura, a Lei Mendonça, que serviu de modelo para dezenas de leis semelhantes que surgiram em outras cidades e estados. Como vereador e deputado estadual, defendeu os direitos dos idosos, além de preservar patrimônios da cidade como o Parque do Ibirapuera e a Casa das Rosas. Como secretário de Estado da Cultura, tem ampliado os benefícios à cultura através de projetos, oficinas culturais, reformas da Pinacoteca, do Theatro São Pedro, da criação do Museu do Imigrante e do Complexo Cultural Júlio Prestes e Sala São Paulo, do Programa de Integração Cinema-TV, além de resgatar a cultura do interior paulista.

### **Antonio Angarita**

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, com especializações em Integração da América Latina e Economia Brasileira. Atualmente, é secretário de Estado do Governo e Gestão Estratégica. Foi secretário estadual interino de Agricultura e Abaste-

cimento, Cultura, Ciência e Desenvolvimento Econômico. Membro dos Conselhos Curadores das Fundações Cásper Líbero e Santos Dumont. Ex-presidente da Vasp, também foi professor e diretor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas e consultor da Fundação para o Desenvolvimento Administrativo do Estado de São Paulo.

### **Luciano Coutinho**

Formado em Economia pela USP, foi secretário-geral do Ministério da Ciência e Tecnologia entre 1985 e 1988. Atualmente, entre outras atividades docentes, é professor titular do Instituto de Economia da Unicamp; consultor de mais de trinta empresas privadas, líderes no Brasil no setor automotivo, eletrônico, de telecomunicações, de bens de consumo, financeiro; e é consultor da Fapesp e do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

---

# OPINIÃO

## A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA ARGENTINA

ANA MARIA STUART

**D**ando continuidade ao projeto “Presidentes do Mercosul”, o Memorial da América Latina recebeu, em maio de 2001, o ex-presidente da Argentina Raúl Alfonsín. Atual presidente da União Cívica Radical (UCR), o mais antigo partido político de seu país, Alfonsín falou de sua experiência como líder da nação e como um dos incentivadores da criação do Mercosul. A União Cívica Radical é responsável, em grande parte, pela construção democrática argentina desde que triunfou a sua tese de voto secreto e universal e elegeu o presidente Hipólito Irigoyen, em 1916, nas primeiras eleições verdadeiramente democráticas da Argentina. Nesse tempo, o então presidente da UCR liderou um governo que contava com imenso apoio popular e tinha, portanto, condições de realizar um projeto de nação livre da dependência da Grã-Bretanha, nação que já demonstrava sinais de enfraquecimento no

pós-Primeira Guerra Mundial. A Argentina tinha-se declarado neutra e iniciado o primeiro processo significativo de industrialização pela via de substituição de importações. No entanto, o “radicalismo”, como se denominou o movimento inspirado nas idéias da UCR, não esteve à altura da revolução democrática que tinha realizado e sucumbiu a interesses tradicionais que o fragilizaram, dando lugar ao retorno, em 1930, das antigas elites tributárias do modelo agroexportador dependente, que governaram até meados de 1945.

Relembrei esses fatos na indagação dirigida ao presidente Alfonsín, porque a história do seu governo apresentou grandes semelhanças com aquela primeira experiência. Alfonsín assumiu em 1983, realizando também uma revolução democrática quando enfrentou o poder militar e tomou a decisão de julgar as Juntas Militares responsáveis pelo período institucional mais sombrio da história recente de Argentina. Seu governo, como o de Irigoyen, teve excepcional oportunidade histórica de realizar mudanças profundas e “radicais”, porque contou com grande apoio popular que excedia os limites da UCR. Ao apoio interno somou-se o apoio externo, angariado na brilhante diplomacia presidencial, para recuperar a imagem da Argentina, tão maculada pelas gravíssimas violações aos direitos humanos e pela aventura da Guerra das Malvinas, e selar a paz com o Chile referendada em plebiscito popular. Mas todo esse crédito político não impediu que a crise econômica, herança da ditadura, tomasse conta, gerando a hiperinflação e fragilizando o governo a ponto de negociar a sua saída apressada da Presidência antes do prazo da entrega do poder ao presidente eleito pelo Partido Justicialista, Carlos Menem.

Como a década de 1930, conhecida na historiografia argentina como “a década infame” (em virtude do retrocesso político, econômico e social produzido por governos autoritários e corruptos), a década de 1990 conheceu o aprofundamento do modelo econômico iniciado pela ditadura militar em 1976, cujas conseqüências levaram à profunda crise econômica cuja fase terminal vive-se nos dias de hoje.

Numa terceira oportunidade, em 1999, o povo argentino elegeu com grande votação o presidente Fernando de la Rúa, representante da UCR na Aliança vencedora. Mais uma vez, o fracasso da política econômica terá um enorme custo para o povo argentino, submetido a uma crise socioeconômica num cenário de grandes incertezas.

A essa colocação introdutória seguiu-se a principal que, na verdade, foi um grande elogio ao papel do presidente Alfonsín na política externa argentina. O seu governo acabou, esperamos que para sempre, com as hipóteses de guerra, favoritas dos militares, localizadas nas fronteiras com o Chile e com o Brasil. Essa visão do pensamento geopolítico alimentou conflitos com os países vizinhos e influenciou a história das relações internacionais argentinas. Como o dr. Alfonsín explicou no seu depoimento:

No caso particular da Argentina, a chegada da democracia significou uma profunda mudança na política externa. A concepção ética da política fez da dignidade humana o seu capítulo central e trouxe como conseqüências naturais o direito e o exercício pleno da soberania nacional. Em algumas ocasiões, o óbvio, como deveria sê-lo para qualquer sociedade civilizada – o fortalecimento do Estado de direito – parecia na região uma coisa revolucionária. A ênfase desses valores teve esse significado.

Dois gestos emblemáticos marcaram sua gestão: o plebiscito que levou à paz definitiva com o Chile e a assinatura da Ata de Iguazu que iniciou o processo de integração Brasil–Argentina, embrião do Mercosul.

Esse processo, inédito na história dos dois países, teve características muito diferentes daquelas que acabaram predominando na década dos 90 depois da assinatura do Tratado de Assunção. Continuemos com o dr. Alfonsín:

No acordo inicial estabeleceu-se uma estratégia alternativa ao Consenso de Washington, o que implicava uma política de integração intra-industrial (protocolo de bens de capital) que posteriormente, nos governos sucessivos, foi substituída pela liberação linear e automática do intercâmbio. [...] Oito meses depois, em 29 de julho de 1986, deu-se outro passo de particular significado histórico ao assinar a Ata para a Integração Argentino-Brasileira e aprovar doze protocolos com o objetivo de executar as metas mencionadas anteriormente. A Ata para a Integração destaca a visão global que tinham os dois governos a respeito do processo de integração: abrangia as dimensões diplomático-estratégica, diplomático-econômica e diplomático-cultural. Com relação à dimensão diplomático-estratégica, a Ata assinala que o programa dá renovado impulso à consolidação da paz e da segurança e abre a perspectiva de potencializar a capacidade autônoma dos países. [...] No entanto, fundamentalmente, a Ata está centrada na dimensão diplomático-econômica, na busca dos objetivos de desenvolvimento econômico e de bem-estar. Nesse contexto, define os princípios de gradualismo, flexibilidade e equilíbrio, os mecanismos e critérios que regeriam a execução do programa.

Essas características determinaram a vocação inicial centrada na busca da complementaridade setorial, com o objetivo de construir um espaço regional com políticas compensatórias que permitissem a reconversão produtiva dos setores afetados negativamente e a convergência de políticas de desenvolvimento regional e inserção internacional. Na sua apresentação, o presidente Alfonsín dá detalhes:

O item 9º da Ata de Integração aprova doze protocolos que versam sobre diversas matérias: a troca de bens de capital, o

fornecimento de trigo, o abastecimento de alimentos, a expansão do comércio, a formação de empresas binacionais, os mecanismos de financiamentos recíprocos, a criação de um fundo de investimentos, a exportação de gás argentino para o Brasil, a criação do centro de biotecnologia e do centro de altos estudos econômicos Brasil-Argentina, o intercâmbio de informação técnica para a adoção de medidas preventivas contra acidentes nucleares, a colaboração entre forças aéreas e o intercâmbio no setor da indústria aeroespacial.

Nesses dias de incertezas sobre o futuro do Mercosul, esse depoimento constitui uma fonte de inspiração para os que ainda sonham com um projeto autônomo de integração regional que permita o desenvolvimento com justiça social e a construção de um Mercosul forjado na identidade compartilhada de idéias e valores que definem, como coloca o dr. Alfonsín, “nossa essência comum de povos latino-americanos”.